



SUBJETIVIDADE E ARGUMENTAÇÃO: O TRABALHO DOS SENTIDOS NA LINGUAGEM

Ana ZANDWAIS¹

RESUMO: Este artigo propõe-se a investigar como diferentes formas de funcionamento argumentativo da linguagem podem ser exploradas por meio de significações não-literais em atos de fala do cotidiano e em enunciados produzidos a partir de situações contextualizadas. Com o auxílio de teorias semânticas, apresentamos os enfoques de Frank Palmer (University of Reading) e Oswald Ducrot (EHESS), visando a explicar e demonstrar o funcionamento dos atos de fala, das pressuposições tomadas das estruturas da língua e inferências tomadas de contextos sociais e históricos. Os resultados deste estudo demonstram que os movimentos de sentidos apresentam um alto nível de complexidade e não podem ser explicados sem reflexões semânticas em torno do “subterrâneo da linguagem”.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica. Significações não-literais. Atos de fala. Inferências. Trabalho argumentativo da linguagem.

SUBJECTIVITY AND ARGUMENTATION: THE WORK OF SENSES IN LANGUAGE

ABSTRACT: This article aims to investigate how different ways of argumentative functioning of language can be explored through the work of non-literal meanings in daily speech acts and utterances inside their contexts. With the aid of semantics theories, we present approaches on this subject of Frank Palmer (University of Reading) and Oswald Ducrot (EHESS) in order to explain and demonstrate the functioning of speech acts, presuppositions taken from structures of language and inferences taken from social and historical contexts. The results of this study show that the movements of senses present a high level of complexity and can not be explained without semantics reflections on the “underground” of language.

KEYWORDS: Semantics. Non literal meanings. Speech acts. Inferences. Argumentative work of language.

1 Doutora em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora titular do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: <zand@ufrgs.br>.

INTRODUÇÃO

Se pensarmos a respeito dos modos distintos como são produzidas as relações intersubjetivas em diferentes meios de comunicação, veremos que determinadas formas de interlocução podem equivaler a jogos, em que as posições que assumimos, os lugares a partir dos quais falamos e os sentidos do que dizemos podem tornar-se opacos para quem nos escuta ou nos lê, constituindo uma espécie de “fronteira” que separa aquele que enuncia de seus interlocutores.

A opacidade do dizer pode ser fruto da equivocidade ou da resistência, uma vez que interdições de toda ordem, embora nem sempre estejamos atentos para perceber, interpõem-se frente às posições que assumimos diante da sociedade, dos costumes dominantes e, sobretudo, em determinados momentos históricos, nos quais dominam regimes totalitários e em que nosso dizer pode expor-nos ao outro.

Desse modo, se o que dizemos pode falar sobre nós, sobre o modo como compreendemos as realidades que permeiam nossas condições existenciais, traduzindo nossa identidade, mesmo que não a tracemos, é preciso saber como refratar nossa subjetividade. Ou então tornar estratégicos os modos por meio dos quais nos colocamos diante do outro e da realidade.

E para que não “escorreguemos sobre as palavras” torna-se necessário, muitas vezes, dizer como se não tivéssemos dito; isto é, tornar nosso dizer não transparente, livre de algumas objeções, livre da censura e de acusações por parte de nossos interlocutores. Mas o trabalho de opacificar sentidos não é fácil e requer tanto uma compreensão das condições de funcionamento da língua, como das múltiplas estratégias que permitem a formulação de enunciados que possam isentar-nos da responsabilidade do dito.

As materialidades discursivas e as formas dos discursos, como gêneros produzidos de acordo com determinadas relações de produção que caracterizam as diferentes esferas institucionais, variam e podem ser identificadas: a) o discurso da imprensa costuma selecionar recortes de declarações de políticos e de personalidades públicas, encaixando-os no discurso narrativo a fim de apresentar uma perspectiva heurística aparentemente neutra para o leitor, configurando, de modo implícito, uma determinada “linha” editorial; b) o discurso científico ancora suas hipóteses e postulados em argumentos, em que um dos princípios fundamentais é a autoridade intelectual, sustentada a partir de referências indiretas e citações; c) o discurso pedagógico é produzido em terceira pessoa, a fim de gerar um imaginário de que a narrativa e o discurso indireto podem ser imparciais. É por meio de tais recursos que os livros didáticos simulam efeitos de objetividade e de neutralidade ideológica; d) os discursos de redes sociais da atualidade abrem possibilidades para a descontextualização, oportunizando, sobretudo, as *fake news*, que adquirem eficácia e se reproduzem apagando os contextos concretos em que se produzem os fatos e acontecimentos, com vistas a distorcê-los e assim poder manipular a opinião pública de acordo com os interesses de seus enunciadores.

Cabe observar também, sobre os diferentes gêneros discursivos, que a caracterização das condições de funcionamento do trabalho argumentativo, em diferentes gêneros de discurso, torna-se menos transparente, ainda, se considerarmos, sobretudo, que o ato de argumentar, ao inscrever-se de modos distintos em uma grande variedade de gêneros, responde a interesses de toda ordem.

Dessa forma, em função dos interesses dominantes nas esferas institucionais, o modo de produção dos argumentos que sustentam os discursos opacifica-se de tal forma para o leitor/ouvinte que nem todas as modalidades de funcionamento argumentativo pretendem ser “visíveis ou audíveis”.

É preciso considerar, ainda, os fatos de que investigar o funcionamento da argumentação envolve não somente uma compreensão dos lugares sociais que os enunciadores ocupam, mas, sobretudo, o entendimento de como se pode inscrever nos enunciados determinadas formulações que permitem orientá-los argumentativamente.

Através deste estudo buscamos caracterizar, de modo breve, como questões de ordem semântica determinam o funcionamento da argumentação na linguagem. Nosso trabalho, aqui, irá recair sobre a compreensão do tratamento de questões de significação não-literais.

O ESCOPO SEMÂNTICO DA ARGUMENTAÇÃO

Sob um prisma semântico e enunciativo, é preciso considerar que as realidades que afetam as formas de exposição dos sujeitos, através de seus discursos, em diferentes circunstâncias e instituições – jurídicas, político-partidárias, acadêmicas, meios de comunicação massiva, etc. –, requerem determinadas investigações que necessitam ser produzidas a partir de rupturas com:

a) a ilusão de simetria entre os referentes aos quais nos reportamos e os sentidos de que se dotam nossas referências; conforme propõe Frege em *Lógica e Filosofia da Linguagem* (1978), já que os mesmos referentes alicerçam-se em representações múltiplas, perdendo sua estabilidade semântica em circunstâncias distintas de referência;

b) princípios ortodoxos da Semântica, em que as relações de significação são dicotomizadas em termos cognitivos e valorativos, já que, segundo Palmer (1976), as palavras podem adquirir significações múltiplas em sociedades diferentes. Não possuem, portanto, significações de ordem puramente cognitiva.

Palmer elucida a questão com uma análise em torno do funcionamento de sintagmas adjetivos, buscando demonstrar que os valores semânticos que estes assumem em diferentes contextos não estão ancorados na língua²; e dependem, sobretudo, dos contextos sócio-discursivos em que operam.

Concorrem também para a compreensão do funcionamento da argumentação, os estilos de formulação de enunciados, contendo pensamentos, fatos e juízos de valor, conforme propõe Oswald Ducrot, em *Princípios de Semântica Linguística: dizer e não dizer* (1977); uma vez que os modos de construção dos enunciados e suas formas de articulação a determinados contextos enunciativos permitem observar como o dizer perde sua transparência e como os atos argumentativos podem ser produzidos de forma implícita, movimentando os sentidos para *topoi*³, ou seja, lugares diferentes.

Desde esta última perspectiva, o dizer parece estar duplamente implicado: não pode ser abstraído dos contextos, dos acontecimentos e dos valores dominantes no interior de diferentes sociedades; nem pode ser ignorado em termos das estratégias linguísticas através das quais se constitui na formulação dos enunciados.

Palmer (1976) elucida a questão do trabalho semântico-argumentativo dos adjetivos com termos como *liberal* e *conservador*. O primeiro, por exemplo, irá assumir um valor de negatividade, se empregado em uma sociedade islâmica e, sobretudo, se for atributo de um sintagma nominal como mulher. Não é comum conceber-se homens com costumes liberais e muito menos mulheres, em sociedades islâmicas. O mesmo adjetivo, no entanto, se colocado como um atributo a um cidadão americano irá adquirir um valor de positividade.

2 Fazemos referência, notadamente, a um capítulo de *Semantics: a new outline* intitulado “The scope of semantics” em que o autor reflete sobre a impossibilidade de conter o trabalho de investigação das diferentes formas de significação no âmbito da língua.

3 De acordo com Ducrot (1988) os *topoi* representam os lugares de enunciação a partir dos quais o sujeito fala e que permitem compreender as posições que ele assume em face de seu dizer.

Por outro lado, o item lexical conservador, se conferido a um sujeito de identidade muçulmana, irá adquirir um valor de positividade, vindo a fortificar sua imagem e prestígio na sociedade em que vive.

Deste modo, de acordo com Palmer, são os valores cultivados no interior de cada sociedade que irão determinar como os atributos “convêm” aos nomes, para além da língua, caracterizando, desde uma perspectiva extralinguística, as condições em que os adjetivos passam a funcionar, de modo polissêmico, como atributos que podem ou não ser conferidos a determinados nomes.

Há, por outro lado, variantes mais sutis de produção de sentidos, utilizadas no cotidiano de nossas relações e que compreendem raciocínios e modos de formulação de argumentos implícitos, de forma a permitir a produção de certas conclusões, sem que se possa perceber, de forma transparente, o trabalho de determinados raciocínios e de certas premissas argumentativas.

Podemos, por exemplo, falar de um filme adjetivando seu roteiro como mal elaborado, diante de um convite para assisti-lo, a fim de levar o interlocutor às conclusões de que o filme é ruim e de que não pretendemos vê-lo.

Ao dizermos que em uma loja x mercadorias importadas de países europeus não entram, podemos articular a este enunciado conclusões do tipo: a) portanto, os impostos são mais baixos; b) logo, o preço da mercadoria é mais acessível.

Podemos também adjetivar certos referentes, colando-os a determinados atributos que irão configurar as ideologias com as quais nos identificamos. Ou seja, a partir dos lugares sociais dos quais falamos, nossas restrições, preconceitos, é que irão orientar argumentativamente os enunciados para determinadas conclusões como se fossem as únicas possíveis.

Tomemos uma situação, por exemplo, em que um trabalhador brasileiro envia seu currículo para ser analisado, a fim de obter um emprego em uma empresa multinacional. Após a sua leitura, o gerente de recursos humanos dá um veredito: “Este trabalhador não se enquadra no perfil, é latino”. Por meio deste exemplo, é possível concluir que há um perfil definido para admitir trabalhadores e que a exclusão do trabalhador se deve não à sua incapacidade de trabalho, falta de preparo técnico ou intelectual, mas ao preconceito em relação a trabalhadores latinos. Assim, o adjetivo que se cola ao nome não somente traduz o preconceito do empregador, mas, sobretudo, funciona como um argumento decisivo para excluir o candidato.

Outros exemplos que elucidam situações comuns vividas no cotidiano podem ser ilustrados pelo emprego de conjunções que trabalham como operadores argumentativos, conduzindo os enunciados para determinadas conclusões: (1) “O motorista deste carro estacionou mal, logo deve ser mulher”; (2) “João é um refugiado haitiano que vive no Brasil e vende nas ruas; contudo, é honesto”; (3) “Sou morador de rua, mas não roubo, peço ajuda”.

Em (1), conforme se pode observar, a conclusão ‘deve ser mulher’, introduzida pela conjunção *logo*, funciona como uma dedução com aparente “caráter de obviedade”. Ou seja, o locutor, ao formular este tipo de conclusão, acredita que homens dirigem bem e não estacionam mal, ao contrário das mulheres. Em (2), a conjunção *contudo*, cujo valor semântico é de compensação⁴, remete para uma afirmação que refuta o preconceito contra imigrantes haitianos, traduzindo, ao mesmo tempo, uma ideologia dominante em determinados meios: a de que refugiados haitianos que vendem nas ruas não são honestos. Já em (3), a conjunção *mas* remete para considerações que negam um imaginário dominante sobre a população sem teto: o de que são ladrões e precisam ser evitados.

4 Sobre o funcionamento semântico polissêmico da conjunção *mas*, ver: Cília C. Pereira Leite (Madre Olívia) em *Semântica da Sintaxe* (1989).

Assim, de um modo específico, a observação do trabalho semântico das conjunções nos permite compreender o fato de que estas, embora funcionem como operadores argumentativos, apresentam uma complexidade muito maior, pois seus valores semânticos não são transparentes, bem como os sentidos que podem ser atribuídos a elas; em seu funcionamento discursivo, estão fortemente articulados às ideologias dominantes em cada sociedade.

AS MODALIDADES DUCROTEANAS DE CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA

É possível ainda construir raciocínios de complexidades distintas, implicando tanto no modo de formulação dos enunciados, quanto no seu conteúdo, determinadas informações que necessitam ser assumidas para dar sustentação a esta ou aquela conclusão.

A modalidade da pergunta se inscreve perfeitamente no primeiro tipo de estratégia, pois, ao ser formulada, funciona à semelhança de um ato jurídico, impondo ao interlocutor a necessidade de resposta. Perguntar, desse modo, implica colocar o outro em uma situação de obrigação.

Reportemo-nos a uma situação concreta vivenciada em um tribunal: se em uma audiência, um promotor perguntar ao réu acusado de cometer furtos em diferentes estabelecimentos (4) “Quando começaste a fazer uso de drogas?”, a pergunta feita está implicando uma nova incriminação que, ao ser assumida pelo réu, virá fortalecer o teor da sentença condenatória a ser dada pelo juiz. Basta que o réu aceite o implícito inscrito na pergunta para que sua sentença judicial mude e torne-se réu de suas próprias afirmações.

Até mesmo perguntas simples formuladas no cotidiano colocam o interlocutor em situação de obrigação. Se em uma farmácia um consumidor solicita um determinado medicamento e lhe é oferecida uma marca laboratorial dispendiosa, ao perguntar (5) “Quais

os medicamentos genéricos você tem?”, o atendente é colocado na obrigação de oferecer produtos similares ou informar que não vende genéricos.

São tais funcionamentos discursivos que mobilizam Ducrot (1977) a refletir em torno do trabalho argumentativo dos atos de fala e do funcionamento dos implícitos como atos particulares de linguagem.

Passemos, então, a analisar a questão do funcionamento de implícitos e sua importância para a compreensão dos diferentes modos de produção de sentidos, a partir da ótica desse autor.

Tendo como um de seus objetivos centrais elaborar uma teoria semântica capaz de refletir sobre o funcionamento da língua como um espaço de produção de conflitos, enfrentamentos, resistências, ambiguidades, opacidade e de manipulação, Ducrot reflete a respeito de questões fundamentais à descrição do *modus operandi* da língua, desconstruindo fundamentos superficiais que a tomam simplesmente um “instrumento de comunicação” e que, portanto, não questionam suas reais condições de uso.

À semelhança de Wittgenstein em *Investigações Filosóficas* (1995)⁵, que ao tratar do funcionamento da língua observa que “o conceito filosófico de denotação está alojado em uma concepção primitiva do modo e da maneira como a língua funciona” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 173), Ducrot (1977) propõe uma desconstrução de fundamentos que sustentam a condição dominante de transparência da língua, buscando caracterizá-la à semelhança de um jogo em que as palavras significam pelo modo como funcionam em situações concretas.

Convergindo, assim, com algumas reflexões de Wittgenstein em torno do modo como podemos nos confundir com as palavras sem perceber que sua “identidade é aparente quanto à forma” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 180), Ducrot irá tratar de questões de significação

5 Para fins de realização deste estudo estamos consultando a tradução portuguesa de *Philosophical Investigations* (1985), publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian (1995).

implícita na linguagem e considerar o ato de argumentar como um dos atos essenciais que caracterizam o “campo de ação linguística” dos sujeitos.

A partir de uma reflexão acerca do célebre texto de John L. Austin, *How to do things with words* (1975)⁶, Ducrot observa que um ato de fala pode reivindicar sua eficácia sob modalidades distintas. Em primeiro lugar, pode ser descrito como um ato ilocucionário⁷ que se sustenta, enquanto enunciação, a partir do lugar ocupado pelo enunciador.

Desde essa perspectiva, as consequências de um ato ilocucionário são determinadas por condições externas à língua. Esse funcionamento pode ser ilustrado com determinados atos ilocucionários como: (6) “Você poderia ler em silêncio sem perturbar os demais?” (7) “É preciso endurecer quando a situação exige”.

Um enunciado como (6), por exemplo, se proferido por um responsável de uma biblioteca escolar ou por um professor em sala de aula virá a funcionar como uma repreensão que deve ser acatada pelo interlocutor em função do lugar do qual fala o locutor. Desse modo, mesmo sendo empregado no futuro do pretérito irá soar como uma advertência a ser cumprida em virtude das posições ocupadas pelos locutores.

Já o enunciado (7), somente irá funcionar como um conselho para que o interlocutor possa ter defesas diante de situações difíceis, se proferido por um psicólogo, um terapeuta, um líder grupal em quem o interlocutor confia, intervindo, dessa forma, em seu comportamento e determinando as conclusões que ele precisa tirar frente a situações de abuso. Nestes dois casos, as consequências do dizer devem-se, sobretudo, aos lugares

⁶ É importante dar destaque ao papel desta obra como precursora de estudos sobre as relações entre linguagem e ação. Para Austin, a linguagem se traduz em ação sob diferentes modalidades, atestando os modos por meio dos quais os locutores agem, comprometem o outro e se comprometem através dela.

⁷ Fazemos referência à noção de ato ilocucionário a partir da concepção de Austin (1990), como um ato de fala cujos efeitos intervêm na realidade do interlocutor, demandando certas consequências. Para a realização deste estudo, consultamos o texto em inglês (1975), bem como a tradução para a língua portuguesa, considerando, sobretudo, que a última foi elaborada a partir do francês e não da língua-fonte.

ocupados pelos falantes e não simplesmente ao conteúdo linguístico, propriamente dito, dos enunciados.

Há enunciados, no entanto, cujos efeitos se apoiam no conteúdo da própria língua. Tais enunciados, conforme propõe Ducrot, são formulados com determinados pressupostos que funcionam como conteúdos implícitos, cuja materialidade é estrutural e que o interlocutor precisa apreender a fim de que possa tirar deles determinadas conclusões.

A compreensão do funcionamento desses enunciados, em primeiro lugar, está ligada ao próprio repertório lexical e gramatical, que é capaz de veicular significações implícitas, de modo independente do contexto. Assim, a inscrição de um prefixo, um advérbio, um pronome ou de um verbo em determinado tempo verbal, por exemplo, pode produzir determinados implícitos no interior de um enunciado, aos quais o autor denomina de pressupostos e que abreviamos, a seguir, por (Pp.)

Vejamos a seguir alguns enunciados que permitem ilustrar como os implícitos trabalham na estrutura da língua:

1. Maria refez seu relatório, pois encontrou algumas lacunas nele.

Pp.: Maria já havia feito o relatório.

2. Até mesmo João se engajou na campanha contra a fome.

Pp. 1: Outros se engajaram na campanha contra a fome.

Pp. 2: Não se esperava que João se engajasse na campanha contra a fome.

3. O juiz ainda não pronunciou a sentença final sobre a condenação dos contrabandistas.

Pp. 1: Contrabandistas são condenados.

Pp. 2: A sentença será pronunciada.

4. Pedro não é mais agressivo com as mulheres.

Pp.: Pedro era agressivo com as mulheres.

5. Onde você alojou as testemunhas do crime?

Pp. 1: Houve um crime.

Pp. 2: O crime tem testemunhas.

6. Você já decidiu em qual dos seus candidatos irá votar?

Pp. 1: O interlocutor ainda não votou.

Pp. 2: Ele tem mais de um candidato.

Uma característica fundamental dos pressupostos contidos no conteúdo dos enunciados, e que os diferencia dos implícitos que constituem o modo de formulação dos enunciados, consiste no fato de que os primeiros não podem ser negados pelo locutor/enunciador. Assim, ao fazer uso do prefixo *re-* para informar que 'Maria refez seu relatório', não há como negar que ela já havia feito o relatório. Do mesmo modo, ao usar a expressão adverbial *até mesmo* no exemplo 'Até mesmo João se engajou na campanha contra a fome', remetemos a dois implícitos inscritos no enunciado: a) de que houve um engajamento à campanha; b) de que outros se engajaram na campanha contra a fome.

A importância da apreensão, por parte do interlocutor/leitor, dos pressupostos ou implícitos contidos nos enunciados torna-se fundamental para que se possa compreender, em termos de trabalho argumentativo da língua, que a progressão de um texto que contém implícitos, na mesma medida em que não é aleatória, passa a ser determinante à produção de relações conclusivas a partir dele mesmo.

Tais relações podem ser estabelecidas com base em encadeamentos entre pressupostos e subentendidos, ou seja, entendendo os últimos, em contraste com os primeiros, como inferências feitas pelo ouvinte/leitor a partir das ocorrências em que os enunciados funcionam, de acordo com os contextos sociais e históricos em que se inscrevem.

Pode-se afirmar, desse modo, que são as possíveis relações de encadeamento entre pressupostos ou implícitos contidos no interior dos enunciados e subentendidos – inferências autorizadas pelo contexto – que possibilitam caracterizar o movimento dos sentidos e o trabalho argumentativo de um texto.

Dentro desta perspectiva, para Ducrot (1987), o enunciado precisa ser entendido não somente como uma qualificação da enunciação, mas também por carregar uma imagem de determinada situação de enunciação que, metaforicamente, age à semelhança de um “fiador” de garantia dos sentidos.

Ilustremos as afirmações acima a partir da análise de um enunciado produzido como uma chamada à colaboração, diante de uma situação de calamidade vivida na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, em que empresários são interpelados a colaborar com a reconstrução de casas: 7. “Só Pedro atendeu à chamada da comunidade para subsidiar as despesas das vítimas da enchente”.

Este enunciado contém os seguintes implícitos:

Pp. 1: Houve uma enchente.

Pp. 2: A enchente tem vítimas.

Pp. 3: Houve uma chamada da comunidade.

Pp. 4: Outros não atenderam ao chamado.

Por outro lado, os implícitos acima podem ser articulados a determinados subentendidos ou inferências, diante do contexto em que se deu a enchente na comunidade, remetendo para possíveis conclusões sobre o acontecimento:

S1: As vítimas da enchente não têm recursos próprios.

S2: Esperava-se que outros atendessem ao chamado.

S3: Não houve solidariedade dos empresários na campanha em prol das vítimas da enchente da Rocinha.

Tomemos, a seguir, outro enunciado que se reporta a um contexto de disputas político-partidárias entre dois Partidos, X e Y, e de acusações mútuas de lideranças em relação à ganância de parlamentares diante de possibilidades de divisão de recursos do Pré-sal, no Brasil, durante o ano de 2020: 8. “Não é o Partido X que arrecada fundos para implementar projetos sem prestar contas ao governo federal e à sociedade brasileira acerca de suas ações com o dinheiro público”.

Conforme se pode observar, o modo de formulação do enunciado acima por meio de uma construção negativa já nos remete ao mesmo tempo para uma negação de uma acusação feita ao Partido X e para um revide com outra acusação. Assim, ao responder negativamente, o enunciador, porta-voz do Partido X, acusa o Partido Y, mas de modo implícito. Vejamos os pressupostos e subentendidos que podem ser obtidos a partir desse enunciado:

Pp. 1: Fundos são arrecadados para implementar projetos.

Pp. 2: Há um Partido que arrecada fundos para implementar projetos.

Pp. 3: Contas são prestadas ao governo e à sociedade brasileira.

A partir dos pressupostos elencados dentro do contexto de acusações mútuas e de disputas acirradas por lucros oriundos do leilão do petróleo, o interlocutor pode concluir:

S1: É o Partido Y que arrecada fundos e não faz prestação de contas ao governo e à sociedade.

S2: O Partido Y não respeita as leis e não representa os interesses da sociedade.

S3: O dinheiro público é usado para interesses e finalidades institucionais que não atendem às necessidades do povo brasileiro.

Ao revidar, portanto, as acusações do Partido Y, o Partido X coloca como agente dos desvios do dinheiro público o Partido Y, mas não o faz de forma direta e sim conduzindo os interlocutores a concluir que aquele que acusa é que comete ações de improbidade contra o Estado e a sociedade.

É, pois, esse movimento articulatório entre implícitos inscritos na materialidade da língua e inferências, que se produzem a partir da inscrição dos enunciados em determinados contextos em que o dizer é produzido, que nos possibilita compreender que os pressupostos e subentendidos podem ser caracterizados como movimentos de interpretação dos enunciados e textos, funcionando como materialidades que caracterizam o trabalho “subterrâneo” da argumentação.

As significações não-literais, a partir dessa perspectiva, passam a funcionar à semelhança de operações argumentativas, determinando não somente os modos de progressão de um texto mas também as possíveis conclusões a que ele pode remeter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou refletir em torno de determinados fundamentos de base semântica com vistas a configurar como o ato de argumentar está articulado, de modo indissociável, a questões de significação na linguagem.

A começar por uma reflexão em torno dos diferentes gêneros de discurso, buscamos demonstrar que as especificidades que delimitam um determinado gênero, como os discursos da imprensa, da mídia, o científico, o pedagógico, precisam ser pensados a partir dos modos como as instituições produzem conhecimento, dos interesses e fins aos quais servem, dos tipos de interlocutores com os quais se propõem a dialogar, e também a partir daqueles que pretendem excluir por intermédio da opacificação de sentidos e dos modos como constroem seus discursos.

Tratamos, aqui, de estudos que refletem sobre o funcionamento dos atos de fala, buscando demonstrar que diferentes modos de formulação dos enunciados, sob modalidades interrogativas, negativas e mesmo afirmativas apontam para efeitos semânticos diversos e, sobretudo, dependem das circunstâncias e dos lugares sociais e institucionais ocupados pelos locutores.

A descrição do trabalho semântico dos enunciados, desse modo, não pode ser integralmente linguística, nem os sentidos que eles produzem são transparentes.

Na sequência, buscamos elucidar como os implícitos podem operar na materialidade da língua por meio de diferentes estruturas que trabalham como operadores argumentativos, delimitando as condições de progressão temática de um enunciado, um texto, com o objetivo de mostrar que a observação do trabalho das operações argumentativas não pode descartar uma análise do modo de inscrição de estruturas – advérbios, conjunções, prefixos, pronomes – nos enunciados.

Por fim, este estudo buscou caracterizar os modos possíveis de articulação entre pressupostos e inferências produzidas a partir da inscrição dos enunciados em determinados eventos ou contextos sócio-historicamente determinados, com o objetivo de mostrar que os subentendidos não são inferências aleatórias produzidas pelos ouvintes/leitores e que, mesmo não sendo regidos por determinações puramente linguísticas, funcionam como operações argumentativas que estão sob a dependência de um contexto específico em que se produz o dizer, o qual delimita os parâmetros do que se pode inferir ou não. Assim, podemos concluir que, ao dizer algo em determinadas circunstâncias, as próprias circunstâncias em que dizemos podem falar de nós, à revelia do que queremos que falem, sem que possamos ter controle sobre os nossos sentidos.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1990.

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Cambridge; Massachussets: Harvard University Press, 1975.

DUCROT, Oswald. *Polifonia y argumentación: Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del discurso*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Ed. Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. Tradução Carlos Vogt et al. São Paulo: Ed. Cultrix, 1977.

FREGE, Gotlob. *Lógica e Filosofia da linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Ed. Cultrix, 1978.

LEITE, Cília C. Pereira (Madre Olívia). *Semântica da sintaxe: para desenvolver o pensamento, a redação e a leitura*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.



PALMER, Frank. *Semantics: a new outline*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado lógico-filosófico: investigações filosóficas*. Tradução M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

ZANDWAIS, Ana. *Estratégias de leitura: como decodificar sentidos não-literais na linguagem verbal*. Porto Alegre: Ed. Sagra-Luzzatto, 1990.

Envio: Maio de 2020
Aceite: Junho de 2020